

## **RESISTÊNCIA CALADA: O MOVIMENTO DE APAGAMENTO DISCURSIVO DO LINGUISTA NO ESPAÇO MIDIÁTICO**

Leonardo Gueiros da Silva<sup>1</sup>

### **PALAVRAS INICIAIS**

A exposição das discussões teóricas empreendidas neste trabalho consiste em um recorte da minha dissertação de Mestrado, defendida em 2014, intitulada *Os ecos do silêncio no discurso midiático: quando a língua é objeto de notícia* (GUEIROS, 2014). Portanto, proponho trabalhar neste pôster uma das categorias de análise que foram observadas no *corpus* do referido trabalho.

O estudo aqui desenvolvido surge a partir da observação (e, pelo espaço em que me inscrevo, conseqüente inquietação) do modo como a mídia, representada pela voz do sujeito-jornalista, produz pareceres incisivos sobre a linguística como campo de estudo, sobre o sujeito que exerce o papel de cientista dessa área (o linguista) e, principalmente, sobre o objeto teórico desse campo, a língua. Ao tomar a língua como objeto de notícia, inscrito em condições de produção tecidas pelo trabalho da memória, o sujeito-jornalista, em muitos casos, exerce o movimento da política do silêncio (ORLANDI, 2007), o qual se desdobra em silenciamentos de várias formas: pelo apagamento; pela contestação; e pela (des)autorização (GUEIROS, 2014). Neste pôster, exporei as análises que ilustram o regular funcionamento do silenciamento pelo apagamento.

A partir disso, pretendo observar como o sujeito-jornalista, por intermédio do *discurso sobre* (MARIANI, 1998), o qual lhe permite falar acerca das várias áreas do conhecimento sob o efeito da transparência de seu dizer e imparcialidade perante seu objeto de notícia, exerce o silenciamento-apagamento da voz do sujeito-linguista, aquele que estaria socialmente autorizado a emitir parecer sobre língua. A partir da observação dessa categoria de silenciamento, imaginamos poder contribuir

---

<sup>1</sup> Mestre em Linguística pela UFPE. Professor da Faculdade de Ipojuca (FAJOLCA).

com a reflexão sobre silêncio no/do discurso, bem como sobre as relações de poder que perpassam o âmbito social, mais especificamente o espaço da grande mídia, aparelho que, apesar da pretendida (e ilusória) imparcialidade, seleciona o que pode e deve ressoar nos limites de seu espaço institucional.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como principal pilar teórico para refletir sobre a constituição do silenciamento pelo apagamento, partimos dos postulados da Análise do Discurso de linha francesa, preconizada por Michel Pêcheux. Estamos trabalhando, portanto, com o discurso como “efeito de sentido entre interlocutores” (PÊCHEUX, 2010 [1969]), atravessado pelas fissuras e falhas que lhe são constitutivas, bem como com o sujeito enquanto posição inscrita discursivamente, a qual se constrói a partir do atravessamento ideológico e do inconsciente lhe imprimindo seus efeitos. Não estamos trabalhando, portanto, com o jornalista enquanto indivíduo empírico, mas enquanto posição social, ideologicamente determinada e que se inscreve em uma matriz de sentido (Formação Discursiva) com a qual produz movimento de identificação.

Para pensar nas noções de silêncio e silenciamento enquanto funcionamentos discursivos, tomamos as reflexões de Orlandi (2007), para quem o silêncio é condição necessária à emergência do discurso. Indo de encontro à unicidade e fechamento dos sentidos no discurso, bem como à noção de completude inerente à constituição do sujeito, a autora pensa no silêncio como *fundante*. Ou seja, trata-se da instância primeira do sentido, pois é preciso que o discurso se instale nas bases do silêncio para que tome forma. Ratifica a autora que o silêncio “aparece como espaço ‘diferencial’ da significação: ‘lugar’ que permite à linguagem significar.” (ORLANDI, 2007, p. 68).

Além do *silêncio fundador*, acima especificado, Orlandi também propõe a categoria da *política do silêncio*. Grosso modo, a política do silêncio é a modalidade de silêncio que se instaura pela interdição, ou seja, pelo *pôr em silêncio*. Vamos chamar a política do silêncio, assim configurada, por *silenciamento*.

O silenciamento se desdobra em duas categorias: o *silêncio constitutivo* e o *silêncio local*. O primeiro diz respeito ao embate das formações discursivas em jogo na construção do discurso. Assim, “ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p.73). É, assim, o movimento dizer “dizer ‘x’ para não deixar dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito” (ORLANDI, 2007, p.74). O segundo silêncio (local) pode caracteriza-se pelo *por em silêncio*. Ou seja, estamos, aqui, na ordem da interdição, do calar de uma voz que em dada conjuntura não é permitida ressoar. Um bom exemplo desse funcionamento é a censura.

Partindo desses pressupostos teóricos, é produtivo pensarmos se é possível classificar categoricamente o conceito de apagamento. A pergunta primeira e imediata é: há diferenças sistemáticas entre o movimento de *silenciar*, de pôr em silêncio, e o gesto de *apagar* determinado sentido em dada conjuntura?

Inicialmente, podemos afirmar que não há separação efetiva entre “silenciamento” e “apagamento”. Estamos trabalhando aqui com o apagamento como uma categoria do silenciamento. Assim, podemos concluir que toda forma de apagamento é, também, uma forma de silenciamento. O contrário, entretanto, não é verdadeiro: nem toda manifestação de silenciamento é uma forma de apagamento. Dessa forma, resta-nos especificar a que parcela do silenciamento diz respeito o apagamento, em sua constituição.

O apagamento se manifesta nas seguintes condições: determinado fio discursivo é excluído – por diferentes motivações sociais – da trama discursiva que constitui a enunciação em dada conjuntura sócio-histórica. Ou seja, pontuamos o gesto de apagamento como o movimento de silêncio em que materialmente não há indícios da Formação Discursiva com a qual o sujeito se desidentifica – nem ao menos para contradizê-la ou questioná-la. Tal gesto, o de apagar, pode se materializar no silenciamento da ordem do silêncio constitutivo ou pela instância do silêncio local. No nosso *corpus*, entretanto, notamos com regularidade apenas o apagamento manifestado sob a forma do silêncio constitutivo.

O apagamento aqui pensado se instaura a partir do momento em que, embora significativo, prudente e, sobretudo, autorizado no espaço acadêmico, dada matriz de sentido é abdicada da enunciação, como veremos nas análises.

## **METODOLOGIA**

O *corpus* de análise é composto por sequências discursivas (SD) coletadas de portais de notícias online. Para tanto, coletei material publicado pelos portais do Estadão, da Folha e da Revista Veja que emitiam parecer sobre fatos de linguagem. As sequências analisadas constituem a voz do sujeito-jornalista noticiando dois fatos sobre linguagem de repercussão nacional: (I) a instauração, sob lei, do Acordo Ortográfico entre os países falantes da língua portuguesa, aprovado em 1990 e legalizado, inicialmente, para o uso obrigatório em 2009; e (II) a postura supostamente incoerente exercida pela banca do Exame Nacional do Ensino Médio quando das avaliações das redações em sua edição de 2012.

Observamos, nesse material, como o sujeito-jornalista se subjetiva e produz seu discurso, exercendo, nesse movimento, o apagamento do sujeito-linguista. Buscamos observar as regularidades no *corpus* submetido à análise, de modo a compreender o fenômeno discursivo focalizado.

## **ANÁLISES**

Vejamos algumas SD a partir das quais podemos pontuar mais precisamente o funcionamento do silenciamento pelo apagamento. Observemos primeiramente uma SD coletada no portal Estadão a respeito da polêmica sobre os critérios avaliativos das redações do ENEM 2012 (os grifos são meus):

***SD 1: Educadores apontam falhas nos critérios de correção. A consultora em educação Ilona Becskeházy critica a imprecisão dos critérios. “É solto demais e tinha de ser super específico. Único antídoto é uma grade clara de critérios”, diz Ilona, que defende que os erros sejam numerados. A consultora afirma que esse é um problema do sistema educacional brasileiro. (Estadão, 19/03/2013)***

Na SD 1, podemos observar que o direcionamento da notícia parte para uma crítica ao julgamento da banca do ENEM. Para respaldar a posição, num gesto de inscrição na FD da mídia, emerge a voz de “educadores”, que “apontam falhas nos critérios”. Ilona Becskeházy não fala na posição de professor de língua ou pesquisador em linguística. Apaga-se, dessa forma, a voz daqueles que conhecem o aparato teórico para refletir acerca dos procedimentos através dos quais se produz avaliação de texto. Becskeházy propõe que a avaliação quanto à ortografia seja quantitativa, numerada, o que vai de encontro ao posicionamento dos pesquisadores que compõem a banca do exame, para quem a análise textual parte do princípio qualitativo, produto da articulação global do candidato na sua prática de escrita. Questiona-se o processo, silenciando os teóricos que embasam o exame a partir de um gesto de apagamento.

Vejamos agora algumas SD coletadas em publicações da mídia acerca da instauração do acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa.

*SD 2: As novas **regras da língua portuguesa** devem começar a ser implementadas em 2008. Mudanças incluem fim do trema e devem **mudar entre 0,5% e 2% do vocabulário brasileiro**. [...] A ortografia se torna mais simples, mas não cumpre o **objetivo inicial de padronizar a língua**. (Folha online, 20/08/2007)*

*SD 3: O **presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL)**, Antonio Batista Lopes, foi mais taxativo e afirmou que **a riqueza da língua deve ser protegida**. (Estadão, 25/03/2008)*

*SD 4: Essa tendência é mais notória nas conversas que os adolescentes mantêm através de programas como o MSN, com abreviações como blz (beleza) e **frases de sonoridade tribal** como bora nu cinema – pod c as 8? (vamos ao cinema – pode ser às 8?). Embora a língua sofra **ataques deformadores** diários nos blogs e chats, a palavra escrita nunca foi usada tão intensamente antes. **Os mais otimistas** apostam que os bate-papos da garotada travados com símbolos e interjeições hoje podem ser a semente de uma comunicação escrita mais complexa, assim como o balbuciar dos bebês denota a prontidão para a fala lógica que se seguirá. (Revista Veja, 12/07/2007)*

Em SD 2, notamos que a notícia é iniciada alegando que haverá, com a reforma ortográfica, mudanças na língua portuguesa. Entretanto, como se sabe, a mudança está no nível da ortografia, ou seja, da representação gráfica da língua em sua modalidade escrita. Dessa forma, a língua portuguesa utilizada em cada um dos países acordantes continuará a mesma. Outro equívoco presente está na afirmação

de que haverá mudanças vocabulares no português brasileiro. Novamente: a mudança está no nível da representação gráfica, o vocábulo continua o mesmo, “ideia” ou “idéia” representam o mesmo vocábulo. Por fim, ainda em SD 2, a notícia é concluída com a afirmação de que o objetivo inicial da reforma era a padronização do português, fato que é cientificamente comprovado ser impossível, uma vez que a língua toma moldes diferentes a depender de questões exteriores à sua constituição. Notamos, portanto, que os equívocos sempre emergem da confusão produzida quando se entende que a língua, em sua totalidade, é (e está) representada na/pela escrita.

Os frequentes equívocos de ordem teórica sobre língua são produto do silenciamento pelo apagamento que é instaurado pelo/no discurso da mídia quando estão em jogo questões concernentes ao campo dos estudos da linguagem.

Em SD 3, encontramos a convocação de uma voz para reforçar a opinião sobre o acordo ortográfico emitida pelo jornal Estadão. A voz convocada, entretanto, não se insere na esfera da pesquisa em educação linguística, trata-se do presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), para quem a “riqueza da língua deve ser protegida”. Ora, o acordo ortográfico não compromete em medida alguma a riqueza ou a diversidade da língua portuguesa falada em cada um dos países concordantes, uma vez que, novamente ratificando, a mudança está no nível da representação e não no nível da organização da língua, a qual se manifesta de modo diverso em cada país. Os equívocos regulares e a convocação do presidente da APEL ratificam o gesto de apagamento do profissional em línguas, que sequer é apresentado, nem mesmo como ponto de partida ou parâmetro de discordância.

Em SD 4, o sujeito-jornalista reforça a ideia de que a internet corrói as línguas “bem faladas” e compara a linguagem típica dos chats interativos com “frases de sonoridade tribal”, numa manifestação de desconhecimento e preconceito. Primeiramente, demonstra desconhecimento acerca das questões relativas à linguagem de internet (“ataques deformadores”), sua interatividade e dinamismo face às exigências da demanda online; em seguida, demonstra preconceito através da relação que faz entre uma possível linguagem empobrecida (a linguagem da internet) e o linguajar tribal, como se nas tribos os indivíduos falassem uma língua

rudimentar, restrita, sem organização gramatical. São frequentes as concepções de língua em que o prestígio dita o que é certo e errado, culto ou não-culto, sofisticado ou rudimentar. O fato de tais questões já terem sido há muito debatidas e superadas pelas reflexões empreendidas no campo dos estudos da linguagem reforça o apagamento do linguista, uma vez que, apesar de seus estudos datarem décadas, ele sequer é mencionado. Talvez o indício de um posicionamento contrário à FD da mídia possa ser notado na passagem em que diz sobre “Os mais otimistas”, ou seja, a parcela que vê sem ceticismo a linguagem da internet, buscando compreendê-la. Nesse fio de sentido, podemos observar a valoração que é dada à parcela “otimista” (que, apesar dos “problemas”, consegue ver com bons olhos o fenômeno), o que nos faz relacionar que o sujeito se apoia na posição de que a língua está sujeita à ruína devido aos usos no ambiente da internet.

É interessante observar que as questões que envolvem as margens da implantação do acordo são também apagadas. Não é mencionado em momento algum que o acordo é motivado por questões de ordem sócio-políticas, as quais envolvem desde questões comerciais a prestígio no intercâmbio entre as nações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observamos que a relação do “poder dizer” está amarrada às condições de produção do discurso midiático, que é materializado pela figura do sujeito-jornalista imerso nessa conjuntura. Especificamente, tratando-se da relação da mídia com a língua, parece-nos que os nós do “poder dizer” são mais fortemente atados: o jornalista fala sob o efeito do “poder dizer” acrescentado ao “não permitir dizer” que se lança à figura do linguista e da FD da ciência linguística. O “poder dizer”, nesse caso, constrói-se não apenas pelo espaço no qual se insere o cientista, mas também pela imagem socialmente cristalizada sobre a margem de ciência a que se vincula o linguista e, sobretudo, a relação direta que se tem, pelo imaginário, entre jornalismo e língua (a língua-ferramenta, perfeita, utilizada sobremaneira pelos âncoras dos telejornais).

A FD da mídia ressoa de tal maneira como dominante na conjuntura social que os saberes da FD da ciência linguística, nessas circunstâncias, perdem força,

não produzem fissuras na dominância. São, enfim, apagados pelo efeito do silenciamento.

## REFERÊNCIAS

GUEIROS, L. *Os ecos do silêncio no discurso midiático: quando a língua é objeto de notícia*. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Letras, UFPE, Recife, 2014.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. Campinas, Rio de Janeiro: Revan & Ed. da Unicamp, 1998.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (1969). In:\_\_\_\_\_. GADET, Françoise; HAK, Tony.(org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 59-158.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007